

SF 502 Participações Societárias S.A.

CNPJ/ME nº 45.854.206/0001-17 – NIRE 35.300.589.734

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022
Data, Horário e Local: Aos 18 dias do mês de agosto de 2022, de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa 79 de 14/04/2020 emitida pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, tendo como referência a sede social da **SF 502 Participações Societárias S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, 2.365, 1º andar, conjuntos 11 e 13, Pinheiros, CEP 05407-003 (“Companhia”). **Convocação e Presenças:** Dispensadas a convocação em virtude do comparecimento do único acionista, detentor de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente; Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro. **Secretária:** Carolina Maria Rocha Freitas. **Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: **(a)** a alteração da denominação social da Companhia de **SF 502 Participações Societárias S.A. para Voyager Participações S.A.**, com a consequente alteração do Artigo 1º do Estatuto Social; **(b)** a alteração do endereço da sede social da Companhia para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social; **(c)** a alteração do objeto social da Companhia, que será específico para o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura, por meio da participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades de propósito específico que atuem no desenvolvimento, implementação, operação ou manutenção de projetos de infraestrutura no território nacional, especialmente, mas sem limitação, no setor de rodovias, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de outros valores mobiliários, com a consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social; **(d)** destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia, a saber: **(i) Luiz Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 30.267.600-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.147.028-63, residente e domiciliado à Rua Fábria, nº 800, Apto. 51-B, Vila Romana, São Paulo/SP, CEP 05.051-030; e **(ii) Lawrence Santini Echenique**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 43.727.670-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.198.918-28, residente e domiciliado à Rua Candido Lacerda, nº 312, Apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo/SP, CEP 03.336-010; **(e)** eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia, a saber: **(i) Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.742.742-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 287.228.168-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 3º andar, conjunto 304, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com um prazo de mandato de 2 (dois) anos, contados da presente data; **(ii) Hugo Gonçalves Vieira De Assunção**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.383.414-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 248.802.578-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 3º andar, conjunto 304, Jardim Paulista, São CEP 01452-000, para o cargo de **Diretor Financeiro**; e **(iii) Carolina Maria Rocha Freitas**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 53.627.741-2 SSP/SP inscrita no CPF/ME sob o nº 091.556.577-37, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 3º andar, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de **Diretora Administrativa**, com um prazo de mandato de 2 (dois) anos, contados da presente data, conforme os Termos de Posse que integram o **Anexo I** da presente ata; **(f)** a alteração da estrutura de administração da Companhia, que passará a ser administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição; **(g)** a aquisição da totalidade de ações da Companhia e conversão em subsidiária integral; **(h)** a reforma, remuneração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo II**, de modo a que este passe a refletir todas as alterações a partir da presente data; e **(i)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários ou convenientes à implementação das deliberações eventualmente aprovadas. **Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias, o único acionista da Companhia deliberou o quanto segue: **(a)** alterar a denominação social da Companhia de **SF 502 Participações Societárias S.A. para Voyager Participações S.A.**; **(b)** em vista da aprovação constante do item (a) acima, o acionista aprovou a alteração do Artigo 1º do Estatuto Social, que passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação: **“Artigo 1º. A Voyager Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).”** **(c)** alterar o endereço da sede da Companhia para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conjunto 304, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(d)** em razão da alteração do endereço da sede da Companhia aprovada no item (c) acima, o acionista aprovou a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação: **“Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conjunto 304, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, podendo abrir ou encerrar filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante deliberação da Diretoria.”** **(e)** alterar o objeto social da Companhia, que será específico no desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura, por meio da participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades de propósito específico que atuem no desenvolvimento, implementação, operação ou manutenção de projetos de infraestrutura no território nacional, especialmente, mas sem limitação, no setor de rodovias, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de outros valores mobiliários; **(f)** em razão da inclusão de atividades no objeto social da Companhia ora aprovadas, o acionista aprovou a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte nova redação: **“Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social específico o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura, assim entendidos aqueles definidos nos termos da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, por meio da participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades de propósito específico que atuem no desenvolvimento, implementação, operação ou manutenção de projetos de infraestrutura no território nacional, especialmente, mas sem limitação, no setor de rodovias, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de outros valores mobiliários.”** **(g)** destituir os atuais Diretores da Companhia, os Srs. **(i) Luiz Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 30.267.600-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.147.028-63, residente e domiciliado à Rua Fábria, nº 800, Apto. 51-B, Vila Romana, São Paulo/SP, CEP 05.051-030 e **(ii) Lawrence Santini Echenique**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 43.727.670-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.198.918-28, residente e domiciliado à Rua Candido Lacerda, nº 312, Apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo/SP, CEP 03.336-010; **(h)** eleger os novos membros da Diretoria da Companhia, a saber: **(i) Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.742.742-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 287.228.168-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 3º andar, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de **Diretor Presidente**, com um prazo de mandato de 2 (dois) anos, contados da presente data; **(ii) Hugo Gonçalves Vieira De Assunção**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.383.414-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 248.802.578-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 3º andar, conjunto 304, Jardim Paulista, São CEP 01452-000, para o cargo de **Diretor Financeiro**; e **(iii) Carolina Maria Rocha Freitas**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 53.627.741-2 SSP/SP inscrita no CPF/ME sob o nº 091.556.577-37, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 3º andar, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de **Diretora Administrativa**, com um prazo de mandato de 2 (dois) anos, contados da presente data. Os diretores eleitos, acima qualificados, tomam posse dos cargos, conforme os Termos de Posse que integram a presente ata na forma do **Anexo I**. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem terem sido condenados ou estarem sob o efeito de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, preenchendo todos os requisitos legais para ocuparem os cargos de Diretores da Companhia. **(i)** aprovar a alteração da estrutura da administração da Companhia, que passará a ser administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo: **(i)** Diretor Presidente, **(ii)** Diretor Financeiro; e **(iii)** Diretora Administrativa, acionistas ou não, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição; **(j)** aprovar a nova redação do Estatuto Social da Companhia, o qual, devidamente consolidado, é o presente ato aprovado e passa a integrar a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária na forma de seu **Anexo II**; **(k)** em razão da aquisição, nesta data, da totalidade das ações de emissão da Companhia pelo Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo

de investimento, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.375.484/0001-54, a Companhia foi convertida em subsidiária integral, nos termos do artigo 251, parágrafo 2º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976; e **(l)** autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e publicações necessárias ou convenientes para a implementação das deliberações ora aprovadas, observadas as disposições legais ora aplicáveis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que se lavrasse a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme por todos, foi assinada pelos membros da mesa. **Mesa:** Presidente – Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro; e **Secretária** – Carolina Maria Rocha Freitas. **Acionista:** Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, a Perfin Administração de Recursos Ltda., na forma de seu Contrato Social, por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Alexandre Yochihito Sabanai. **Mesa:** Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro – Presidente; Carolina Maria Rocha Freitas – Secretária. **Acionista:** Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Alexandre Yochihito Sabanai. **Estatuto Social da Voyager Participações S.A. - Seção I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º.** A Voyager Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto e disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP: 01452-000, podendo abrir ou encerrar filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social específico o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura, assim entendidos aqueles definidos nos termos da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, por meio da participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades de propósito específico que atuem no desenvolvimento, implementação, operação ou manutenção de projetos de infraestrutura no território nacional, especialmente, mas sem limitação, no setor de rodovias, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de outros valores mobiliários. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **- Seção II - Capital social – Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), expresso em moeda corrente nacional, dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações e serem observadas quanto à espécie e classe das ações, ao preço de emissão e ao prazo de subscrição e integralização em dinheiro, bens e/ou créditos. **Parágrafo 1º.** Na proporção das suas respectivas participações, os acionistas terão direito de preferência na subscrição decorrente de aumento do capital da Companhia e aquisição de ações do capital da Companhia. Deverá ser observado prazo de decadência de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência. **Parágrafo 2º.** É vedado à Companhia, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo 3º.** Em caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obrigou-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no Artigo 8º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 578, de 30 de agosto de 2016. **Parágrafo 4º.** Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações das ações por eles inscritas nas condições fixadas nos respectivos Boletins de Subscrição ficarão, de pleno direito, constituídos em mora, sujeitos ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) em favor da Companhia, e/ou, conforme o caso, da acionista que integralizar as referidas ações, corrigido pelo IPCA, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die e corrigidos de acordo com a variação do IPCA, calculados sobre os valores em atraso, e suspensão do direito de voto, nos termos do Artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo das demais providências legais cabíveis. **Parágrafo 5º.** Os acionistas ficam obrigados a apresentar garantias na proporção de suas participações no capital social, em caso de obtenção de empréstimo junto e/ou financiamento de longo prazo, e/ou emissão de títulos para captação de recursos para as Companhias no mercado de capitais, ou qualquer outra forma de financiamento do empreendimento objeto da Companhia. **Artigo 7º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua realocação em circulação. **Seção III – Ações ordinárias: Artigo 8º.** Cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Artigo 9º.** As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro “Registro de Ações Nominativas”, e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados deste os respectivos custos. **Seção IV – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 10.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais ou quando as disposições deste estatuto social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias. **Artigo 11.** As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei das S.A. Compete privativamente à Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei das S.A., a prática dos seguintes atos, observado o quórum de deliberação previsto na legislação aplicável, sendo atribuído 1 (um) voto para cada ação ordinária detida pelos acionistas: **(i)** reformar este Estatuto Social; **(ii)** eleger ou destituir, a qualquer tempo, os Diretores e fiscais da Companhia e fixar-lhes as atribuições, exceto caso seja criado o Conselho de Administração nos termos deste Estatuto Social; **(iii)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **(iv)** tomar, anualmente, as contas dos Diretores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **(v)** autorizar a emissão de debêntures; **(vi)** suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou por este Estatuto Social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação; **(vii)** deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; **(viii)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; **(ix)** autorizar os Diretores a confessar falência e pedir concordata, nos casos previstos em lei; **(x)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, observado o quanto disposto na Seção VIII deste Estatuto Social; **(xi)** eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; **(xii)** escolher e destituir os auditores independentes; e **(xiii)** aprovar o aumento do capital social e/ou a correção da expressão monetária do capital social, nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo 1º.** Para os seguintes atos será necessário quórum qualificado de metade, no mínimo, das ações emitidas pela Companhia com direito a voto: **(i)** criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais; **(ii)** alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate e amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; **(iii)** redução do dividendo obrigatório; **(iv)** fusão da Companhia, ou sua incorporação em outra; **(v)** participação em grupo de sociedades; **(vi)** mudança do objeto da Companhia; **(vii)** cessação do estado de liquidação da Companhia; **(viii)** cisão da Companhia; e **(ix)** dissolução da Companhia. **Parágrafo 2º.** Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro de “Registro de Ações Nominativas”, podendo ser representados por mandatário, nos termos da Lei das S.A., mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. **Artigo 12.** As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer um dos Diretores, a ser por eles definido, e, na ausência de ambos, por acionista ou representante de acionista, conforme o caso, escolhido por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Único.** O presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário. **Artigo 13.** Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas. **Seção V – Administração da Companhia: Artigo 14.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta e funcionará em conformidade com a legislação aplicável, com este Estatuto Social e com os eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Seção VI – Diretoria: Artigo 15.** A Diretoria será composta de 2 (dois) até 3 (três) Diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas neste Estatuto Social, e indicados pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição, sendo: **(i)** Diretor Presidente; **(ii)** Diretora Administrativa; e **(iii)** Diretor Financeiro. **Parágrafo 1º.** No caso de impedimento, ausência, destituição ou vacância de qualquer Diretor, deverá ser realizada Assembleia Geral de Acionistas para proceder à eleição do Diretor substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo 2º.** Os Diretores perceberão uma remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. **Parágrafo 4º.** Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo 5º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Artigo 16.** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta. **Parágrafo Único.** A

Diretoria tem poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei, pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 17.** Compete aos Diretores, sem prejuízo das demais competências e/ou restrições estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou definidas pela Assembleia Geral, a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim. **Parágrafo Primeiro:** Competem aos Diretores: **(i)** representar, ativa e passivamente, a Companhia; **(ii)** praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social ou no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia; **(iii)** zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; **(iv)** coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas, tanto em Assembleias Gerais, como nas reuniões da Diretoria; **(v)** administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais; **(vi)** representar a Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades, ou associações das quais participe; **(vii)** representar a Companhia em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, em juízo ou fora dele; **(viii)** representar a Companhia na outorga de fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de sociedades diretamente controladas pela Companhia; **(ix)** autorizar a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e **(x)** praticar atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. **a) Diretor Presidente:** relações institucionais, coordenação das atividades da Companhia e distribuição de atividades entre os demais Diretores; **b) Diretora Administrativa:** coordenação das atividades das áreas contábeis, jurídica, recursos humanos e relações com terceiros; e **c) Diretor Financeiro:** monitorar as movimentações financeiras e contratações para captação de recursos. **Parágrafo Segundo:** – A Companhia será representada: **(i)** pelo Diretor Presidente, em conjunto com qualquer outro Diretor; **(ii)** por 1 (um) dos Diretores em conjunto com 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 18; ou **(iii)** por 1 (um) ou mais procuradores, desde que investidos de poderes especiais, nomeados nos termos do Artigo 18. **Artigo 18.** Na outorga de mandatos, a Companhia deverá ser representada pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo ser especificados no instrumento de mandato os atos ou operações que podem ser praticados pelos mandatários e o prazo de sua duração, que não deverá ser superior a 12 (doze) meses, exceto os mandatos outorgados **(i)** a advogados para atuação ad judicia, e **(ii)** para fins de captação de recursos no mercado financeiro ou de capitais. **Artigo 19.** A Companhia poderá vir a ter conselho de administração, mediante deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral, devendo prevalecer unificado de até 2 (dois) anos para todos os seus membros. **Seção VII – Conselho Fiscal: Artigo 20.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei, que será instalado quando solicitado pelos acionistas. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal deverá fixar a remuneração de seus membros. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 5º.** Nas hipóteses acima relativamente a um membro efetivo do Conselho Fiscal, sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **Seção VIII – Exercício social e lucros: Artigo 21.** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM. **Parágrafo 1º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculte a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. **Artigo 22.** Os lucros líquidos apurados em balanço, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins, observado o disposto no parágrafo único abaixo. **Parágrafo Único.** A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas. **Seção IX – Dissolução e liquidação: Artigo 23.** A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que devam funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Seção X – Disposições gerais: Artigo 24.** A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente arquivados na sua sede social, cabendo à administração recusar o registro de transferências de ações ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias aos respectivos acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral ou da Reunião da Diretoria recusar-se a computar os votos lançados contra os mesmos acordos. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Artigo 25.** A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas, em sua sede, sempre que solicitado por escrito, com antecedência de 2 (dois) dias úteis, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e investimento e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. **Artigo 26.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das S.A., pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente, e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caiba livremente decidir. **Artigo 27.** As controversias associadas ou relacionadas a este Estatuto inclusive questões referentes à sua existência, validade, vigência ou cumprimento, entre os acionistas e/ou a Companhia, bem como seus sucessores a qualquer título, serão submetidas, de maneira obrigatória, exclusiva e definitiva, à arbitragem, a ser conduzida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da FGV (“Câmara”), mediante notificação por escrito enviada à Câmara solicitando o início do processo de arbitragem. O processo de arbitragem será iniciado e desenvolvido de acordo com as regras de arbitragem da Câmara (“Regras de Arbitragem”). **Parágrafo 1º.** O tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”) será composto por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) deles designado pela(s) parte(s) que solicitou(aram) o início da arbitragem, o outro pela(s) parte(s) contra a qual a arbitragem é iniciada e o 3º (terceiro) – que atuará como presidente do Tribunal Arbitral – pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes, em consulta com as partes da arbitragem. Se a parte que solicitou o início da arbitragem e/ou a parte contra a qual a arbitragem é iniciada forem compostas por 2 (duas) ou mais pessoas, estas deverão escolher seu respectivo árbitro, em conjunto. Se o Tribunal Arbitral a ser formado for decorrente de arbitragem multiparte, na qual existam mais do que 2 (dois) polos defendendo interesses diferentes, os árbitros serão selecionados e designados de acordo com as Regras de Arbitragem. Em qualquer hipótese, a ausência de consenso na escolha de um ou mais árbitros não impedirá a formação do Tribunal Arbitral, que se dará conforme as Regras de Arbitragem. **Parágrafo 2º.** Além dos impedimentos estabelecidos nas Regras de Arbitragem, nenhum árbitro designado de acordo com esta cláusula compromissória será um empregado, representante ou consultor (ou ex-empregado, ex-representante ou ex-consultor) de qualquer das Partes ou de qualquer Pessoa associada direta ou indiretamente aos mesmos. **Parágrafo 3º.** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral deverá ser proferida. **Parágrafo 4º.** O idioma oficial do processo de arbitragem será o português, com aplicação das leis da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral não recorrerá a regras de equidade para solucionar as controversias a ele apresentadas. **Parágrafo 5º.** As Partes declaram estar cientes das Regras de Arbitragem e concordar com todas as suas disposições. As Regras de Arbitragem em vigor na presente data e as disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e respectivas emendas (“Lei de Arbitragem”) incorporam-se ao presente Estatuto conforme aplicáveis. **Parágrafo 6º.** O processo de arbitragem terá prosseguimento a despeito da ausência de quaisquer das partes, conforme previsto nas Regras de Arbitragem. **Parágrafo 7º.** A sentença arbitral será definitiva, irrevocável e vinculante para as partes da arbitragem, seus sucessores ecessionários, comprometendo-se as Partes a cumprir voluntariamente seus termos, expressamente renunciando a qualquer forma de recurso, com exceção da solicitação de retificação de um erro relevante ou solicitação de esclarecimento de alguma obscuridade, dúvida ou omissão da sentença arbitral, conforme disposto na Lei de Arbitragem, bem como eventual ação de nulidade da sentença, também na forma da Lei de Arbitragem. Se necessário, a sentença arbitral poderá ser levada a juízo com jurisdição sobre as partes e sobre seus respectivos bens para fazer valer seu cumprimento. **Parágrafo 8º.** Cada parte da arbitragem arcará com os honorários dos advogados e/ou assistentes que forem respectivamente contratados para assessorá-la. Os custos, despesas e honorários advindos do processo de arbitragem, quais sejam, aqueles devidos à

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2022

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



| | | |
|--|---|---|
| <p>... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/08/2022 da SF 502 Participações Societárias S.A. Câmara, aos árbitros e peritos nomeados pelo Tribunal Arbitral, serão compartilhados igualmente pelas partes (ou seja, demandantes, de um lado, e demandados, de outro) até que o Tribunal Arbitral pronuncie a sentença definitiva e determine reembolso de uma parte à outra. Parágrafo 9º. As Partes estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos desta cláusula compromissória e concordam irrevogavelmente que a arbitragem é a única forma para a resolução de controvérsias associadas ao presente Estatuto. Sem prejuízo à validade desta cláusula compromissória, as Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e renunciam expressamente a qualquer outro, se e quando sua atuação for necessária exclusivamente para a finalidade de: (i) fazer valer as obrigações para as quais haja disponibilidade imediata de execução judicial; (ii) obter medidas cautelares ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, sendo certo que, após a sua instituição, todas as medidas cautelares e/ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, a quem caberá manter, modificar e/ou revogar quaisquer medidas anteriormente concedidas pelo Poder Judiciário ou pelo Árbitro de Emergência, conforme o caso; (iii) requerer o cumprimento de qualquer decisão do Tribunal Arbitral; bem como (iv) para quaisquer outras medidas judiciais previstas na Lei de Arbitragem. O processo de</p> | <p>qualquer ação judicial de acordo com esta cláusula não resultará em renúncia à arbitragem ou à jurisdição do tribunal arbitral. Parágrafo 10. O procedimento arbitral (incluindo, mas não limitada à sua existência, à disputa, às alegações e manifestações das partes, às manifestações de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo Tribunal Arbitral, incluindo a sentença arbitral) será confidencial e somente poderá ser revelado ao Tribunal Arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e às pessoas necessárias à boa condução e ao resultado da arbitragem. Parágrafo 11. A Câmara (se antes da assinatura ou aprovação do Termo de Arbitragem) e o Tribunal Arbitral (se após a assinatura ou aprovação do Termo de Arbitragem) poderá(ão), mediante requerimento de uma das partes das partes e/ou a Companhia, ainda que nem todas sejam parte de ambos os procedimentos, e este Contrato e/ou outros instrumentos relacionados, desde que (a) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis; e (b) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas. Artigo 28 Caso qualquer dos acionistas receba uma proposta para a transferência ou alienação, direta ou indireta, das suas ações, inclusive, mas sem limitação, quaisquer direitos que lhe são legitimados pela titularidade de</p> | <p>referidas ações, inclusive, mas sem limitação, direito de preferência para a subscrição de novas ações ou Valores Mobiliários da Companhia), o acionista ofertante enviará notificação escrita aos demais acionistas, conforme o caso oferecendo-lhe as ações que pretende transferir ao interessado, bem como informando o preço e demais termos e condições relevantes da proposta e do contrato. Parágrafo 1º. O acionista ofertado terá direito de preferência na aquisição da totalidade das ações ofertadas, nos mesmos termos e condições da proposta apresentada pelo interessado. Somente será considerada válida a manifestação de intenção de compra do acionista ofertado que abranger a totalidade das ações ofertadas, não sendo permitida a aquisição parcial de ações ofertadas para este efeito. Parágrafo 2º. No prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento pelo acionista ofertado do aviso este deverá, por sua vez, enviar notificação por escrito ao acionista ofertante, indicando seu interesse ou não, na aquisição das ações Ofertadas. A ausência de resposta será entendida como renúncia tácita. Parágrafo 3º. Uma vez exercido o Direito de Preferência, as Ações Ofertadas deverão ser Transferidas do Acionista Ofertante para o Acionista Ofertado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Resposta, nos exatos termos do Aviso. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 430.295/22-4 em 23/08/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.</p> |
|--|---|---|



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/ME nº 21.455.477/0001-31

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Tergos Pesquisa e Ensino S.A.
Ficam convocados os Srs. Debenturistas a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a realizar-se no dia 27 de setembro de 2022, às 10 horas e 30 minutos, na Sede da Tergos S.A., Avenida Professor Lineu Prestes, 2.242, 2º andar, CIETEC, sala 235, Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05508-000, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Apreciação da proposta de Acordo de Acionistas; e (ii) Deliberação sobre a requalificação de acionista e respectiva aprovação da proposta de isenção de Lock-Up. Os documentos encontram-se na sede para consulta. São Paulo, 26 de agosto de 2022 – **A Diretoria.**
(26, 27 e 30/08/2022)

Fercoi S.A.

CNPJ/ME nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
A administração em exercício convoca os Srs. Acionistas para AGE de Sócios da Fercoi S.A. (Companhia), sociedade por ações, com sede na Av. Henry Ford, 1700, Mocooca, São Paulo/SP, em conformidade com o artigo 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, convoca AGE, a ser realizada no endereço da sede social, no dia 02/09/2022, às 08h00 (oito horas), em 1ª convocação, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários globais; (ii) Ratificação da aprovação das contas relativas ao exercício social findo em 31/12/2021. São Paulo, 25/08/2022. **Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi – Diretoras.**
(26, 27 e 30/08/2022)



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

